



Políticas Públicas – Desafios do Milênio

Marcelo Pereira de Mendonça¹

No ano 2000, governos de 191 países – membros da Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceram um conjunto de metas de qualidade de vida que deveriam ser alcançadas em quinze anos. Os países acordaram 8 metas que ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Estas metas ou objetivos seriam formas de encontrar saídas, ou solucionar definitivamente graves problemas em países com extrema pobreza, fome e desigualdade entre sexos.

De acordo com a ONU, os oito objetivos são:

- 1) Acabar com a fome e a miséria;
- 2) Educação básica de qualidade para todos;
- 3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher;
- 4) Reduzir a mortalidade infantil;
- 5) Melhorar a saúde das gestantes;
- 6) Combater a AIDS, a Malária e outras doenças;
- 7) Propiciar qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- 8) Trabalhar pelo desenvolvimento.

O ano de 2015 está terminando e os balanços estão sendo levantados e apresentados para identificar e quantificar as melhorias, avanços e as metas que não foram atingidas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre 1990 e 2010 a extrema pobreza no mundo estava em processo de redução, mas 18% da população mundial ainda se encontram abaixo da linha de pobreza, vivendo com menos de US\$ 1,2/dia. No Brasil, segundo IBGE e PNUD, em 1990, 25,6% da população eram

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2001). Atualmente é professor assistente IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tem experiência na área de Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, economia do turismo e desenvolvimento local. Foi conselheiro do Conselho Regional de Economia – Minas Gerais e do Conselho Federal de Economia. E-mail: mm.economia@gmail.com

extremamente pobres, e houve uma redução, em 2012, para 3,5%. Uma redução considerável, mas é necessário eliminar a pobreza definitivamente.

Outros resultados mudaram timidamente. Os Objetivos do Milênio não reduziram as desigualdades de renda no mundo. Atualmente 1% da população mais rica controla 40% do produto interno bruto mundial, enquanto que 50% da população mundial é proprietária de apenas 1% dessa riqueza. No Brasil ocorreram melhorias parciais, mas a renda continua fortemente concentrada. De acordo com o IBGE, no Brasil, entre 1990 e 2012, a diferença dos 20% mais pobres com os 20% mais ricos era de 30 vezes e caiu para 17. Mas os 20% mais ricos controlam 57,1% da renda nacional, bem acima dos padrões internacionais.

Sem a menor dúvida que o Brasil contribuiu muito para a redução da pobreza e da desigualdade de renda nos últimos 15 anos, e alcançou as metas estabelecidas pela ONU. A estabilidade econômica com a redução da inflação, no governo Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas de inclusão social (Fome Zero, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, PROUNI e outros), nos governos Lula e Dilma, estabeleceram bases e determinantes para alcançar resultados positivos e significativos de melhorias econômicas e sociais. Outro ponto destacado pelo PNUD foi o engajamento, mobilização e envolvimento da sociedade em alcançar as oito metas. Mas ainda temos que avançar muito, pois dos oito desafios do milênio a exceção ficou na meta para a saúde da mulher, que trata da morte em decorrência de doenças relacionadas à gravidez e ao parto. A taxa de mortalidade materna no Brasil é de 64 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos.

Os problemas continuam em vários países pobres e também no Brasil. No caso brasileiro é necessário levar para 100% da população água potável, esgoto tratado e coleta de lixo, dentro do desafio de sustentabilidade ambiental. É preciso, ainda, reduzir o déficit habitacional, apresentar um plano nacional de educação e maior inclusão a saúde básica e aos tratamentos mais complexos, através do Sistema Único de Saúde.

Globalmente, deste momento em diante a preocupação é aumentar a visão integralizadora entre os países, objetivos e melhorar a vida no planeta. Novas metas foram colocadas pela ONU nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na Agenda Pós-2015. Ao mesmo tempo em que os países buscavam eliminar os problemas básicos, surgiram outros problemas que exigem atenção imediata e nova rodada de políticas públicas no âmbito local, regional e global. A eliminação da desigualdade social se tornou meio para alcançar resultado em problemas mais complexos, como as mudanças climáticas e as consequências econômicas, sociais e ambientais.

A Agenda Pós-2015, conforme a ONU, contempla 17 objetivos e 169 metas sobre questões de desenvolvimento sustentável. Um dos objetivos se refere aos meios de implementação e financiamento da sustentabilidade. Os outros 16 são temáticos, e procuram aumentar a ambição dos objetivos do milênio (pobreza, saúde, educação, gênero), promover a sustentabilidade econômica (crescimento inclusivo, empregos e infraestrutura) e a sustentabilidade ambiental (mudança do clima, oceanos e ecossistemas, consumo e produção sustentável). Tudo isso, aliado às sociedades pacíficas e inclusivas (agenda de governança, Estado de direito, violência).

A crise econômica e financeira de 2008 pode provocar uma desaceleração e indicadores locais podem ser afetados com maior intensidade, mas é necessário que os governos mantenham suas agendas e reforcem os compromissos de reduzir a desigualdade e pobreza. É importante repensar o modelo de produção e consumo vigente, pois o planeta não suporta mais o uso intensivo dos recursos naturais insustentáveis. Os países precisam sentar e discutir qual direção tomar para um modelo de desenvolvimento sustentável. A Conferência Rio+20 foi o primeiro passo para este caminho e a oportunidade se apresenta novamente na COP 21, em Paris, em 2015. Essa conferência deve resultar em um acordo internacional sobre o clima para conter o aquecimento global abaixo de 2 ° C, além de um ambicioso acordo com todos os países para financiar em 9,3 bilhões de dólares em iniciativas que devem buscar soluções como troca de boas práticas, transferência de conhecimento e de tecnologias necessárias para que seja realizada uma transição para economias de baixo carbono.